

FEDERAIS. Greve por salários completa 100 dias, para produção acadêmica e assistência hospitalar

Universidades mantêm paralisação

Técnico-administrativos reivindicam 27,3% de reajuste e governo propõe 212,3% em quatro anos: impasse permanece em 63 instituições

MAIANA DINIZ
AGÊNCIA BRASIL

Brasília, DF – Os servidores públicos técnico-administrativos das universidades federais estão em greve há mais de três meses, diminuindo o ritmo de atendimento aos docentes e estudantes e comprometendo o funcionamento de alguns serviços.

De acordo com a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), servidores de 63 instituições públicas aderiram à paralisação.

“Esta semana foram realizados atos em diversas universidades para marcar a greve nacional”, infor-

mou o coordenador-geral da Fasubra, Rogério Marzola.

Na quinta-feira, 3, na Universidade de Brasília, manifestantes bloquearam o acesso de algumas vias com pneus e fecharam a reitoria e o Centro de Processamento de Dados. Eles permaneceram no local até 15h.

Segundo a Fasubra, a greve deste ano é uma continuidade das reivindicações dos trabalhadores em 2014, quando a paralisação da categoria foi suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou que o governo deveria negociar com os trabalhadores até o dia 30 de junho daquele ano.

“O governo descumpriu o prazo e não negociou.

Foi isso que nos remeteu à greve deste ano”, afirmou Rogério.

SALÁRIO

A principal demanda da categoria é a reposição das perdas salariais dos últimos anos. “Para recuperarmos o poder de compra de 2010, é preciso repor 27,3% nos salários”, disse Marzola. Segundo ele, foi oferecida verbalmente à categoria 21,3% de reajuste em quatro anos.

“A oferta pode ser parecida, mas os 27% que pedimos é apenas para recuperar as perdas. O governo propõe 21% em quatro anos. Então, após esse período a perda será maior que já é hoje, pois a inflação prevista para os próximos quatro anos é superior aos 21%.”

A Federação informou que o governo ainda não apresentou uma proposta oficial para acabar com a greve. “Até agora, tivemos muitas conversas com os



HTTP://WWW.ADUFAL.ORG.BR/

Servidores da Ufal, que aderiram à greve, fazem manifestações na orla de Maceió e esclarecem à população os motivos da paralisação

ministérios da Educação e do Planejamento, mas não recebemos nenhum documento formal. Eles ficaram de encaminhar dia 14 de agosto, prorrogaram para o dia 17, depois 24, depois 31, dia em que fechava a lei orçamentária, mas até agora não recebemos nada”, acrescentou.

Em nota publicada no dia 21 de agosto, o Minis-

tério da Educação se disse preocupado com a greve, em especial com os alunos sem aulas nas 30 universidades em que os docentes também pararam. O MEC também informou que sempre se colocou à disposição para dialogar com as entidades e instituições federais.

Segundo o governo, de fevereiro de 2014 a agos-

to de 2015 representantes do ministério se reuniram com a entidade 23 vezes para tratar da agenda de reivindicações. Além de salário, os grevistas pedem ajuste nas carreiras, como mudanças na carga horária e maior participação nas decisões das universidades. Outra demanda é por mais recursos para as universidades. ☉